



EXTREMA-MG

PREFEITURA MUNICIPAL DE
EXTREMA - MINAS GERAIS

Orientador Pedagógico II

EDITAL Nº 01/2023

CÓD: SL-098AG-23
7908433240396

Língua Portuguesa

1. Organização textual: interpretação dos sentidos construídos nos textos.....	9
2. características de textos descritivos, narrativos e dissertativos.....	10
3. discursos direto e indireto	11
4. elementos de coesão e coerência.....	13
5. Aspectos semânticos e estilísticos: sentido e emprego dos vocábulos.....	14
6. tempos, modos e aspectos do verbo; mecanismos de flexão dos nomes e dos verbos.....	14
7. metáfora, metonímia, antítese, eufemismo, ironia.	19
8. uso dos pronomes; Aspectos morfológicos: reconhecimento, emprego e sentido das classes gramaticais em textos;	22
9. processos de formação de palavras	30
10. Processos de constituição dos enunciados: coordenação, subordinação; colocação e ordem de palavras na frase.	31
11. concordância verbal e nominal.....	34
12. regência verbal e nominal.....	35
13. Sistema gráfico: ortografia.....	38
14. regras de acentuação.....	38
15. uso dos sinais de pontuação; aspas e outros recursos.	40
16. Funções da linguagem	42
17. elementos da comunicação.	43

Matemática / Raciocínio Lógico

1. Números e operações: Números inteiros, reais e racionais; Propriedades das operações; Operações com números inteiros, fracionários e decimais.	55
2. Operações fundamentais: adição, subtração, multiplicação e divisão;	63
3. Razão e proporção. Regra de três simples, direta e inversa;.....	65
4. Porcentagens. Cálculos percentuais. Descontos e acréscimos percentuais.	70
5. Álgebra: Equações do 1º grau e inequações.....	72
6. Análise combinatória simples. Arranjos, Combinações e Permutações.	74
7. Geometria: Geometria plana: triângulos, quadriláteros, círculos. Perímetros e áreas; Relações métricas no triângulo retângulo;	76
8. Geometria espacial: volumes e áreas dos principais sólidos geométricos; Medidas de comprimento, área e volume.	79
9. Estatística e probabilidade: Coleta e organização de dados.	81
10. Cálculo da média aritmética e ponderada;	82
11. Cálculo de probabilidades simples.....	84
12. Árvores de probabilidade.	86
13. Aplicações da matemática em diferentes áreas: Aplicações da geometria em arte e design.....	86
14. Aplicações práticas de cálculos numéricos em diversas situações do cotidiano.	87
15. Gráficos de barras, colunas e setores. Análise e interpretação. 8. Tratamento da Informação	87
16. Raciocínio Lógico: Operações com conjuntos.	91
17. Raciocínio lógico numérico: problemas envolvendo operações com números reais	93
18. raciocínio sequencial.	93
19. Conceito de proposição: valores lógicos das proposições; conectivos, negação e tabela-verdade.	94

ÍNDICE

20. Tautologias. Condição necessária e suficiente.....	97
21. Argumentação lógica	98
22. Estruturas lógicas.....	98
23. Diagramas lógicos.	98
24. Equivalências	100
25. Implicações lógicas.	103
26. Quantificadores universal e existencial.	105
27. Problemas de Contagem: Princípio Aditivo e Princípio Multiplicativo. Arranjos, combinações e permutações.	106
28. Noções de Probabilidade.....	106

Legislação Educacional e suas atualizações e Conhecimentos Pedagógicos

1. Estatuto da Criança e do Adolescente - Lei nº 8.069/90.....	109
2. Lei de Diretrizes e Bases da Educação - Lei nº 9.394/96.....	146
3. Lei Brasileira de Inclusão - Lei nº 13.146/15.....	162
4. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.....	179
5. Plano Nacional de Educação - Lei nº 13.005/14.....	185
6. Base Nacional Comum Curricular	200
7. Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Básica.....	200
8. Lei Municipal 2.629/10.....	200
9. Política Nacional de Alfabetização.....	216
10. Base Nacional Comum para Formação Continuada de Professores da Educação Básica (BNC – Formação Continuada).....	219
11. RESOLUÇÃO SEE Nº 4.256/2020. Institui as Diretrizes para normatização e organização da Educação Especial na rede estadual.....	219
12. PDI – Plano de Desenvolvimento Individual do Aluno.....	224
13. Currículo Referência de Minas Gerais (Minas Gerais, 2018.).....	225
14. Avaliações externas (SIMAVE/SAEB/PISA/PIRLS).....	225

Conhecimentos Específicos Orientador Pedagógico II

1. A quebra de paradigmas na orientação pedagógica e as mudanças decorrentes no perfil do orientador pedagógico.....	233
2. Habilidades e competências nas dimensões humanas e técnica da nova orientação pedagógica.....	233
3. Instrumentos da ação na orientação pedagógica: elaboração, acompanhamento e avaliação.....	233
4. A organização do trabalho pedagógico na escola.....	234
5. Orientação aos docentes.	234
6. Identidade Profissional do Orientador Pedagógico	235
7. Participação na gestão da escola.	235
8. Tendências Pedagógicas.	241
9. Projeto Político Pedagógico.	242
10. Currículo	244

ÍNDICE

11. Avaliação.....	259
12. Educação Especial na visão Inclusiva.	270
13. Orientação pedagógica na Educação Inclusiva	279
14. Legislação Educacional e suas atualizações: Constituição	279
15. LDB 9.394/96, PNE 2014, BNCC LBI, ECA	282
16. Atribuições do cargo.	283
17. Gestão pedagógica/ Gestão de pessoas.	294
18. Avaliação Formativa.....	296
19. Rubricas de aprendizagem.....	297
20. Avaliações externas (SIMAVE/SAEB/PISA/PIRLS)..	297
21. Metodologia (s) do Ensino de todas os componentes curriculares	297
22. Didática	299
23. BRASIL. Referencial Curricular para a educação infantil. Brasília: MEC/SEF, 1998	303
24. Plano Nacional pela Primeira Infância 2010-2022 / 2020-2030.....	352
25. PNA: Política Nacional de Alfabetização. Brasília: MEC, Sealf: 2019. BRASIL. Ministério da Educação.....	353
26. Avaliação na pré-escola.	353
27. RESOLUÇÃO SEE Nº 4.256/2020. Institui as Diretrizes para normatização e organização da Educação Especial na rede estadual.	363
28. Currículo Referência de Minas Gerais (Minas Gerais, 2018).	363
29. Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil.Brasília, 2018. BRASIL	364
30. Educação de Jovens e Adultos	385
31. Habilidades cognitivas e competências socioemocionais.....	393
32. Lei Municipal 2.629/10.	394

Compreender um texto trata da análise e decodificação do que de fato está escrito, seja das frases ou das ideias presentes. Interpretar um texto, está ligado às conclusões que se pode chegar ao conectar as ideias do texto com a realidade. Interpretação trabalha com a subjetividade, com o que se entendeu sobre o texto.

Interpretar um texto permite a compreensão de todo e qualquer texto ou discurso e se amplia no entendimento da sua ideia principal. Compreender relações semânticas é uma competência imprescindível no mercado de trabalho e nos estudos.

Quando não se sabe interpretar corretamente um texto pode-se criar vários problemas, afetando não só o desenvolvimento profissional, mas também o desenvolvimento pessoal.

Busca de sentidos

Para a busca de sentidos do texto, pode-se retirar do mesmo os **tópicos frasais** presentes em cada parágrafo. Isso auxiliará na apreensão do conteúdo exposto.

Isso porque é ali que se fazem necessários, estabelecem uma relação hierárquica do pensamento defendido, retomando ideias já citadas ou apresentando novos conceitos.

Por fim, concentre-se nas ideias que realmente foram explicitadas pelo autor. Textos argumentativos não costumam conceder espaço para divagações ou hipóteses, supostamente contidas nas entrelinhas. Deve-se ater às ideias do autor, o que não quer dizer que o leitor precise ficar preso na superfície do texto, mas é fundamental que não sejam criadas suposições vagas e inespecíficas.

Importância da interpretação

A prática da leitura, seja por prazer, para estudar ou para se informar, aprimora o vocabulário e dinamiza o raciocínio e a interpretação. A leitura, além de favorecer o aprendizado de conteúdos específicos, aprimora a escrita.

Uma interpretação de texto assertiva depende de inúmeros fatores. Muitas vezes, apressados, descuidamos dos detalhes presentes em um texto, achamos que apenas uma leitura já se faz suficiente. Interpretar exige paciência e, por isso, sempre releia o texto, pois a segunda leitura pode apresentar aspectos surpreendentes que não foram observados previamente. Para auxiliar na busca de sentidos do texto, pode-se também retirar dele os **tópicos frasais** presentes em cada parágrafo, isso certamente auxiliará na apreensão do conteúdo exposto. Lembre-se de que os parágrafos não estão organizados, pelo menos em um bom texto, de maneira aleatória, se estão no lugar que estão, é porque ali se fazem necessários, estabelecendo uma relação hierárquica do pensamento defendido, retomando ideias já citadas ou apresentando novos conceitos.

Concentre-se nas ideias que de fato foram explicitadas pelo autor: os textos argumentativos não costumam conceder espaço para divagações ou hipóteses, supostamente contidas nas entrelinhas. Devemos nos ater às ideias do autor, isso não quer dizer que você precise ficar preso na superfície do texto, mas é fundamental que não criemos, à revelia do autor, suposições vagas e inespecíficas. Ler com atenção é um exercício que deve ser praticado à exaustão, assim como uma técnica, que fará de nós leitores proficientes.

Diferença entre compreensão e interpretação

A compreensão de um texto é fazer uma análise objetiva do texto e verificar o que realmente está escrito nele. Já a interpretação imagina o que as ideias do texto têm a ver com a realidade. O leitor tira conclusões subjetivas do texto.

CARACTERÍSTICAS DE TEXTOS DESCRITIVOS, NARRATIVOS E DISSERTATIVOS

Definições e diferenciação: tipos textuais e gêneros textuais são dois conceitos distintos, cada qual com sua própria linguagem e estrutura. Os tipos textuais gêneros se classificam em razão da estrutura linguística, enquanto os gêneros textuais têm sua classificação baseada na forma de comunicação. Assim, os gêneros são variedades existente no interior dos modelos pré-estabelecidos dos tipos textuais. A definição de um gênero textual é feita a partir dos conteúdos temáticos que apresentam sua estrutura específica. Logo, para cada tipo de texto, existem gêneros característicos.

Como se classificam os tipos e os gêneros textuais

As classificações conforme o gênero podem sofrer mudanças e são amplamente flexíveis. Os principais gêneros são: romance, conto, fábula, lenda, notícia, carta, bula de medicamento, cardápio de restaurante, lista de compras, receita de bolo, etc. Quanto aos tipos, as classificações são fixas, e definem e distinguem o texto com base na estrutura e nos aspectos linguísticos. Os tipos textuais são: narrativo, descritivo, dissertativo, expositivo e injuntivo. Resumindo, os gêneros textuais são a parte concreta, enquanto as tipologias integram o campo das formas, da teoria. Acompanhe abaixo os principais gêneros textuais inseridos e como eles se inserem em cada tipo textual:

Texto narrativo: esse tipo textual se estrutura em: apresentação, desenvolvimento, clímax e desfecho. Esses textos se caracterizam pela apresentação das ações de personagens em um tempo e espaço determinado. Os principais gêneros textuais que pertencem ao tipo textual narrativo são: romances, novelas, contos, crônicas e fábulas.

Texto descritivo: esse tipo compreende textos que descrevem lugares ou seres ou relatam acontecimentos. Em geral, esse tipo de texto contém adjetivos que exprimem as emoções do narrador, e, em termos de gêneros, abrange diários, classificados, cardápios de restaurantes, folhetos turísticos, relatos de viagens, etc.

Texto expositivo: corresponde ao texto cuja função é transmitir ideias utilizando recursos de definição, comparação, descrição, conceituação e informação. Verbetes de dicionário, enciclopédias, jornais, resumos escolares, entre outros, fazem parte dos textos expositivos.

Texto argumentativo: os textos argumentativos têm o objetivo de apresentar um assunto recorrendo a argumentações, isto é, caracteriza-se por defender um ponto de vista. Sua estrutura é composta por introdução, desenvolvimento e conclusão. Os textos argumentativos compreendem os gêneros textuais manifesto e abaixo-assinado.

Texto injuntivo: esse tipo de texto tem como finalidade de orientar o leitor, ou seja, expor instruções, de forma que o emissor procure persuadir seu interlocutor. Em razão disso, o emprego de verbos no modo imperativo é sua característica principal. Pertencem a este tipo os gêneros bula de remédio, receitas culinárias, manuais de instruções, entre outros.

Texto prescritivo: essa tipologia textual tem a função de instruir o leitor em relação ao procedimento. Esses textos, de certa forma, impedem a liberdade de atuação do leitor, pois decretam que ele siga o que diz o texto. Os gêneros que pertencem a esse tipo de texto são: leis, cláusulas contratuais, edital de concursos públicos.

Conjunto dos números inteiros - números positivos e negativos
 $Z = \{\dots; -3; -2; -1; 0; 1; 2; 3; \dots\}$

Conjunto dos números racionais - números que podem ser escritos como uma fração (razão), ou seja, números com vírgulas, dízimas periódicas, números inteiros.

$Q = \{\dots; -\frac{1}{2}; \dots; -0,25; \dots; 0; 3; 0,222222222222\dots; \dots\}$

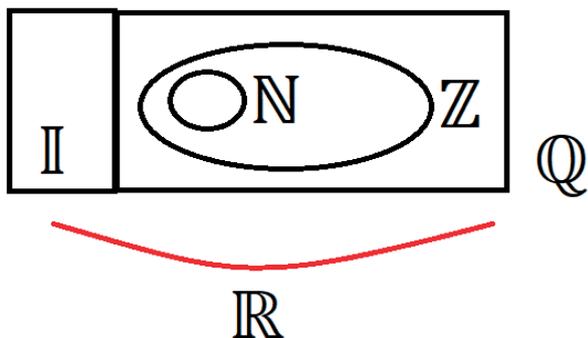
Conjunto dos números irracionais - números que não podem ser escritos como uma fração, ou seja, números que resultam em dízimas não periódicas.

$\mathbb{I} = \{\dots; \sqrt{2}; \pi; 7,135794613\dots; \dots\}$

Conjunto dos números reais - união entre o conjunto dos números racionais e dos números irracionais.

$R = \mathbb{I} \cup Q$

Interessante notar que estamos *aumentando* o escopo dos conjuntos numéricos, podendo assim fazer a seguinte representação por diagrama destes conjuntos todos:



Fonte: Autor

Vimos então o quão prático é a representação de conjuntos através de diagramas, fazendo ficar muito mais intuitivo as operações e estabelecer relações entre os elementos e os subconjuntos devido ao apelo visual.

Por fim, iremos ver uma equação que nos será muito útil para contar elementos de um conjunto quando ocorre uma união:

$$A \cup B = A + B - A \cap B$$

Lemos esta expressão como o número de elementos da união entre A e B ($A \cup B$) é igual a soma do número de elemento de A com o número de elementos de B - a intersecção entre A e B ($A \cap B$).

Pode parecer complicada esta equação, mas pense assim. Quando somo os elementos de A com os de B, pode ser que existam *elementos repetidos* entre estes conjuntos, estes *elementos repetidos* são justamente a intersecção. Quando a tiramos, tiramos esta repetição e obtemos então o número exato de elementos da união entre A e B.

RACIOCÍNIO LÓGICO NUMÉRICO: PROBLEMAS ENVOLVENDO OPERAÇÕES COM NÚMEROS REAIS

Prezado Candidato, o tema acima supracitado, já foi abordado em tópicos anteriores.

RACIOCÍNIO SEQUENCIAL.

A lógica *sequencial* envolve a percepção e interpretação de objetos que induzem a uma sequência, buscando reconhecer essa sequência e estabelecer sucessores a este objeto.

Muitas vezes essas questões vêm atreladas com aspectos aritméticos (sequências numéricas) ou geometria (construção de certas figuras).

Não há como sistematizar este assunto, então iremos ver alguns exemplos para nos *inspirar* para que busquemos resolver demais questões.

Exemplos:

1 – A sequência de números a seguir foi construída com um padrão lógico e é uma sequência ilimitada:

0, 1, 2, 3, 4, 5, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 40, ...

A partir dessas informações, identifique o termo da posição 74 e o termo da posição 95. Qual a soma destes dois termos?

Vamos analisar esta sequência dada:

1º) Vemos que a sequência vai de 6 em 6 termos e pula para a dezena seguinte

Os primeiros 6 termos vão de 0 a 5
 Do 7º termo ao 12º termo: 10 a 15
 13º termo ao 18º termo: 20 a 25

2º) Vemos que o padrão segue a tabuada do 6

$6 \times 1 = 6$ (0 até 5)
 $6 \times 2 = 12$ (10 até 15)
 $6 \times 3 = 18$ (20 até 25)

3º) O número que está multiplicando o 6 menos uma unidade representa a dezena que estamos começando a contar:

$6 \times 1 \rightarrow 1 - 1 = 0$ (0 ATÉ 5)
 $6 \times 2 \rightarrow 2 - 1 = 1$ (10 ATÉ 15)
 $6 \times 3 \rightarrow 3 - 1 = 2$ (20 ATÉ 25)

4º) Se dividirmos 74 por 6 e 95 por 6 descobriremos seus valores

$74 : 6 = 12$ (sobra 2)
 $95 : 6 = 15$ (sobra 5)

§ 2º Sendo impossível a pronta transferência, o adolescente aguardará sua remoção em repartição policial, desde que em seção isolada dos adultos e com instalações apropriadas, não podendo ultrapassar o prazo máximo de cinco dias, sob pena de responsabilidade.

Art. 186. Comparecendo o adolescente, seus pais ou responsável, a autoridade judiciária procederá à oitiva dos mesmos, podendo solicitar opinião de profissional qualificado.

§ 1º Se a autoridade judiciária entender adequada a remissão, ouvirá o representante do Ministério Público, proferindo decisão.

§ 2º Sendo o fato grave, passível de aplicação de medida de internação ou colocação em regime de semi-liberdade, a autoridade judiciária, verificando que o adolescente não possui advogado constituído, nomeará defensor, designando, desde logo, audiência em continuação, podendo determinar a realização de diligências e estudo do caso.

§ 3º O advogado constituído ou o defensor nomeado, no prazo de três dias contado da audiência de apresentação, oferecerá defesa prévia e rol de testemunhas.

§ 4º Na audiência em continuação, ouvidas as testemunhas arroladas na representação e na defesa prévia, cumpridas as diligências e juntado o relatório da equipe interprofissional, será dada a palavra ao representante do Ministério Público e ao defensor, sucessivamente, pelo tempo de vinte minutos para cada um, prorrogável por mais dez, a critério da autoridade judiciária, que em seguida proferirá decisão.

Art. 187. Se o adolescente, devidamente notificado, não comparecer, injustificadamente à audiência de apresentação, a autoridade judiciária designará nova data, determinando sua condução coercitiva.

Art. 188. A remissão, como forma de extinção ou suspensão do processo, poderá ser aplicada em qualquer fase do procedimento, antes da sentença.

Art. 189. A autoridade judiciária não aplicará qualquer medida, desde que reconheça na sentença:

I - estar provada a inexistência do fato;

II - não haver prova da existência do fato;

III - não constituir o fato ato infracional;

IV - não existir prova de ter o adolescente concorrido para o ato infracional.

Parágrafo único. Na hipótese deste artigo, estando o adolescente internado, será imediatamente colocado em liberdade.

Art. 190. A intimação da sentença que aplicar medida de internação ou regime de semi-liberdade será feita:

I - ao adolescente e ao seu defensor;

II - quando não for encontrado o adolescente, a seus pais ou responsável, sem prejuízo do defensor.

§ 1º Sendo outra a medida aplicada, a intimação far-se-á unicamente na pessoa do defensor.

§ 2º Recaindo a intimação na pessoa do adolescente, deverá este manifestar se deseja ou não recorrer da sentença.

SEÇÃO V-A

(INCLUÍDO PELA LEI Nº 13.441, DE 2017)

DA INFILTRAÇÃO DE AGENTES DE POLÍCIA PARA A INVESTIGAÇÃO DE CRIMES CONTRA A DIGNIDADE SEXUAL DE CRIANÇA E DE ADOLESCENTE”

Art. 190-A. A infiltração de agentes de polícia na internet com o fim de investigar os crimes previstos nos arts. 240 , 241 , 241-A , 241-B , 241-C e 241-D desta Lei e nos arts. 154-A , 217-A , 218 , 218-A e 218-B do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal) , obedecerá às seguintes regras: (Incluído pela Lei nº 13.441, de 2017)

I – será precedida de autorização judicial devidamente circunstanciada e fundamentada, que estabelecerá os limites da infiltração para obtenção de prova, ouvido o Ministério Público; (Incluído pela Lei nº 13.441, de 2017)

II – dar-se-á mediante requerimento do Ministério Público ou representação de delegado de polícia e conterà a demonstração de sua necessidade, o alcance das tarefas dos policiais, os nomes ou apelidos das pessoas investigadas e, quando possível, os dados de conexão ou cadastrais que permitam a identificação dessas pessoas; (Incluído pela Lei nº 13.441, de 2017)

III – não poderá exceder o prazo de 90 (noventa) dias, sem prejuízo de eventuais renovações, desde que o total não exceda a 720 (setecentos e vinte) dias e seja demonstrada sua efetiva necessidade, a critério da autoridade judicial. (Incluído pela Lei nº 13.441, de 2017)

§ 1º A autoridade judicial e o Ministério Público poderão requisitar relatórios parciais da operação de infiltração antes do término do prazo de que trata o inciso II do § 1º deste artigo. (Incluído pela Lei nº 13.441, de 2017)

§ 2º Para efeitos do disposto no inciso I do § 1º deste artigo, consideram-se: (Incluído pela Lei nº 13.441, de 2017)

I – dados de conexão: informações referentes a hora, data, início, término, duração, endereço de Protocolo de Internet (IP) utilizado e terminal de origem da conexão; (Incluído pela Lei nº 13.441, de 2017)

II – dados cadastrais: informações referentes a nome e endereço de assinante ou de usuário registrado ou autenticado para a conexão a quem endereço de IP, identificação de usuário ou código de acesso tenha sido atribuído no momento da conexão.

§ 3º A infiltração de agentes de polícia na internet não será admitida se a prova puder ser obtida por outros meios. (Incluído pela Lei nº 13.441, de 2017)

Art. 190-B. As informações da operação de infiltração serão encaminhadas diretamente ao juiz responsável pela autorização da medida, que zelará por seu sigilo. (Incluído pela Lei nº 13.441, de 2017)

Parágrafo único. Antes da conclusão da operação, o acesso aos autos será reservado ao juiz, ao Ministério Público e ao delegado de polícia responsável pela operação, com o objetivo de garantir o sigilo das investigações. (Incluído pela Lei nº 13.441, de 2017)

Art. 190-C. Não comete crime o policial que oculta a sua identidade para, por meio da internet, colher indícios de autoria e materialidade dos crimes previstos nos arts. 240 , 241 , 241-A , 241-B , 241-C e 241-D desta Lei e nos arts. 154-A , 217-A , 218 , 218-A e 218-B do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal) . (Incluído pela Lei nº 13.441, de 2017)

Elaboração

– **O plano de ação pedagógica:** é um instrumento central na orientação pedagógica. Ele engloba metas, estratégias e atividades que professores e orientadores planejam em conjunto. A elaboração desse plano envolve a identificação das necessidades educacionais, a definição de objetivos claros e a escolha de estratégias coerentes para alcançá-los. Esse instrumento serve como guia para orientar as práticas pedagógicas ao longo do período letivo.

– **Sequências didáticas e planos de aula:** esses instrumentos detalham as etapas de ensino, os recursos a serem utilizados, os objetivos de aprendizagem e as estratégias de avaliação. A elaboração na criação dessas ferramentas garante que as aulas sejam estruturadas, significativas e alinhadas aos objetivos educacionais.

Acompanhamento

– **Observação de aulas:** é uma prática-chave na orientação pedagógica. Os orientadores pedagógicos assistem às aulas dos professores para analisar a dinâmica da sala de aula, a interação professor-aluno e a aplicação das estratégias planejadas. Essa observação permite identificar pontos fortes, desafios e oportunidades de melhoria, além de fornecer feedback construtivo aos professores.

– **Reuniões e discussões pedagógicas:** são momentos de troca de experiências e reflexão sobre a prática pedagógica. Nesse contexto, os orientadores pedagógicos lideram discussões sobre o progresso das aulas, compartilham ideias, sugerem adaptações e promovem a colaboração entre os educadores.

Avaliação

– **Avaliação formativa e somativa:** a avaliação é uma parte intrínseca da orientação pedagógica. Os orientadores pedagógicos colaboram com os professores na elaboração de instrumentos de avaliação formativa e somativa. A avaliação formativa ocorre durante o processo de ensino para monitorar o progresso dos alunos e adaptar as estratégias, enquanto a avaliação somativa é realizada no final de um período para verificar o alcance dos objetivos de aprendizagem.

– **Análise de dados e feedback:** coletam e analisam dados provenientes das avaliações, observações e outras fontes. Essa análise fornece insights sobre o desempenho dos alunos, a eficácia das estratégias pedagógicas e a necessidade de ajustes. A partir dessa análise, os orientadores oferecem feedback aos professores para melhorar continuamente a prática educacional.

A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO NA ESCOLA

– **O que é o trabalho pedagógico**

O trabalho pedagógico é baseado no processo de estruturar, ordenar, moldar e organizar a atividade educacional de todos os agentes envolvidos no processo educativo. Apesar de ser uma atividade normalmente relacionada aos professores, funcionários de apoio ou gestores também devem desempenhá-lo, tendo como apoio o PPP (Projeto Político Pedagógico) da instituição de ensino. Seu objetivo é definir os princípios e fundamentos que estruturam as bases e a avaliação do trabalho educativo nas escolas³. Seu ali-

³ BARBOSA. I. G. *Organização do Trabalho Pedagógico na Educação Infantil*. Gestrado. UFMG. <https://gestrado.net.br/verbetes/organizacao-do-trabalho-pedag-gico-na-educacao-infantil/>. Acesso em 14.08.2023.

cerce está relacionado a Pedagogia, o que demanda o uso de métodos e técnicas provenientes desse campo. Seu objetivo básico é a produção de conhecimentos.

Projeto Político Pedagógico

O Projeto Político Pedagógico (PPP) é o documento que define a proposta educacional da instituição de ensino. Nele constam o planejamento e a organização do processo educacional, com definições das responsabilidades dos agentes envolvidos no trabalho educativo, expectativas sobre os objetivos e até os problemas enfrentados na unidade escolar. Além de ser uma ferramenta que auxilia a gestão pedagógica, o PPP serve como norteador das ações pedagógicas.

Por que organizar o trabalho pedagógico?

O principal objetivo de organizar o trabalho pedagógico é assegurar a qualidade da educação. Para isso, é necessário que exista **planejamento** e ordem na execução das atividades propostas no dia-a-dia. Esse planejamento busca garantir condições de trabalho e desenvolvimento de professores e alunos, tendo como objetivo o desenvolvimento da criança.

Etapas do planejamento para o auxílio do trabalho pedagógico

Uma sugestão de modelo para estabelecer as diretrizes que nortearão o trabalho pedagógico é:– Conhecimento da realidade escolar; – Elaboração do plano ou referenciamento do PPP;– Execução do plano;– Avaliação e, se necessário, aperfeiçoamento.

ORIENTAÇÃO AOS DOCENTES.

O orientador pedagógico é parte fundamental na rotina escolar. Afora acompanhar (e se responsabilizar) pelos processos administrativos do cotidiano da instituição de ensino, entre as suas funções, uma das suas principais funções é gerir o corpo docente.

Além de assumir o papel de líder, ele deve ter ciência da rotina e da realidade local, conhecendo as demandas da comunidade escolar, assim como de sua equipe de professores. Também deve atuar na estruturação e organização didático pedagógica, sendo dever do orientador garantir o acompanhamento das atividades docentes e a formação continuada de sua equipe.

Para auxiliar e orientar seus professores, algumas práticas são sugeridas:

– **Formação Continuada dos Docentes**

É comum que os professores não tenham uma formação completa que os prepare para a sala de aula. Além da própria falta de experiência na prática de ensino, alguns aspectos da formação formal dos docentes podem estar aquém das exigências do currículo. Outros aspectos, como a condução de uma classe superlotada, são impossíveis de serem cobertos na teoria da formação do professor. Seguindo essa demanda, é dever do orientador pedagógico estimular e quando possível, oferecer oportunidades de formação continuada para a sua equipe docente. Isso pode ser realizado através da orientação específica voltada para as práticas da sala de aula, até a oferta de cursos de formação fora do ambiente escolar.

Coordenar e administrar os diferentes agentes envolvidos processo educacional

BRASIL. REFERENCIAL CURRICULAR PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL. BRASÍLIA: MEC/SEF, 1998

REFERENCIAL CURRICULAR NACIONAL PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL
CONHECIMENTO DE MUNDO
VOLUME 3

³³**Movimento - Introdução**

O movimento é uma importante dimensão do desenvolvimento e da cultura humana. As crianças se movimentam desde que nascem adquirindo cada vez maior controle sobre seu próprio corpo e se apropriando cada vez mais das possibilidades de interação com o mundo. Engatinham, caminham, manuseiam objetos, correm, saltam, brincam sozinhas ou em grupo, com objetos ou brinquedos, experimentando sempre novas maneiras de utilizar seu corpo e seu movimento. Ao movimentarem-se, as crianças expressam sentimentos, emoções e pensamentos, ampliando as possibilidades do uso significativo de gestos e posturas corporais. O movimento humano, portanto, é mais do que simples deslocamento do corpo no espaço: constitui-se em uma linguagem que permite às crianças agirem sobre o meio físico e atuarem sobre o ambiente humano, mobilizando as pessoas por meio de seu teor expressivo.

As maneiras de andar, correr, arremessar, saltar resultam das interações sociais e da relação dos homens com o meio; são movimentos cujos significados têm sido construídos em função das diferentes necessidades, interesses e possibilidades corporais humanas presentes nas diferentes culturas em diversas épocas da história. Esses movimentos incorporam-se aos comportamentos dos homens, constituindo-se assim numa cultura corporal. Dessa forma, diferentes manifestações dessa linguagem foram surgindo, como a dança, o jogo, as brincadeiras, as práticas esportivas etc., nas quais se faz uso de diferentes gestos, posturas e expressões corporais com intencionalidade.

Ao brincar, jogar, imitar e criar ritmos e movimentos, as crianças também se apropriam do repertório da cultura corporal na qual estão inseridas. Nesse sentido, as instituições de educação infantil devem favorecer um ambiente físico e social onde as crianças se sintam protegidas e acolhidas, e ao mesmo tempo seguras para se arriscar e vencer desafios. Quanto mais rico e desafiador for esse ambiente, mais ele lhes possibilitará a ampliação de conhecimentos acerca de si mesmas, dos outros e do meio em que vivem.

O trabalho com movimento contempla a multiplicidade de funções e manifestações do ato motor, propiciando um amplo desenvolvimento de aspectos específicos da motricidade das crianças, abrangendo uma reflexão acerca das posturas corporais implicadas nas atividades cotidianas, bem como atividades voltadas para a ampliação da cultura corporal de cada criança.

Presença do movimento na educação infantil: ideias e práticas correntes

A diversidade de práticas pedagógicas que caracterizam o universo da educação infantil reflete diferentes concepções quanto ao sentido e funções atribuídas ao movimento no cotidiano das creches, pré-escolas e instituições afins.

É muito comum que, visando garantir uma atmosfera de ordem e de harmonia, algumas práticas educativas procurem simplesmente suprimir o movimento, impondo às crianças de diferentes idades rígidas restrições posturais. Isso se traduz, por exemplo, na imposição de longos momentos de espera - em fila ou sentada - em que a criança deve ficar quieta, sem se mover; ou na realização de atividades mais sistematizadas, como de desenho, escrita ou leitura, em que qualquer deslocamento, gesto ou mudança de posição pode ser visto como desordem ou indisciplina. Até junto aos bebês essa prática pode se fazer presente, quando, por exemplo, são mantidos no berço ou em espaços cujas limitações os impedem de expressar-se ou explorar seus recursos motores.

Além do objetivo disciplinar apontado, a permanente exigência de contenção motora pode estar baseada na ideia de que o movimento impede a concentração e a atenção da criança, ou seja, que as manifestações motoras atrapalham a aprendizagem. Todavia, a julgar pelo papel que os gestos e as posturas desempenham junto à percepção e à representação, conclui-se que, ao contrário, é a impossibilidade de mover-se ou de gesticular que pode dificultar o pensamento e a manutenção da atenção.

Em linhas gerais, as consequências dessa rigidez podem apontar tanto para o desenvolvimento de uma atitude de passividade nas crianças como para a instalação de um clima de hostilidade, em que o professor tenta, a todo custo, conter e controlar as manifestações motoras infantis. No caso em que as crianças, apesar das restrições, mantêm o vigor de sua gestualidade, podem ser frequentes situações em que elas percam completamente o controle sobre o corpo, devido ao cansaço provocado pelo esforço de contenção que lhes é exigido.

Outras práticas, apesar de também visarem ao silêncio e à contenção de que dependeriam a ordem e a disciplina, lançam mão de outros recursos didáticos, propondo, por exemplo, sequências de exercícios ou de deslocamentos em que a criança deve mexer seu corpo, mas desde que em estrita conformidade a determinadas orientações. Ou ainda reservando curtos intervalos em que a criança é solicitada a se mexer, para dispender sua energia física. Essas práticas, ao permitirem certa mobilidade às crianças, podem até ser eficazes do ponto de vista da manutenção da "ordem", mas limitam as possibilidades de expressão da criança e tolhem suas iniciativas próprias, ao enquadrar os gestos e deslocamentos a modelos pre-determinados ou a momentos específicos.

No berçário, um exemplo típico dessas práticas são as sessões de estimulação individual de bebês, que com frequência são precedidas por longos períodos de confinamento ao berço. Nessas atividades, o professor manipula o corpo do bebê, esticando e encolhendo seus membros, fazendo-os descer ou subir de colchonetes ou almofadas, ou fazendo-os sentar durante um tempo determinado. A forma mecânica pela qual são feitas as manipulações, além de desperdiçarem o rico potencial de troca afetiva que trazem esses momentos de interação corporal, deixam a criança numa atitude de passividade, desvalorizando as descobertas e os desafios que ela poderia encontrar de forma mais natural, em outras situações.

33 Brasil. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial curricular nacional para a educação infantil / Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998. <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/volume3.pdf>

Orientações didáticas

Práticas de leitura para as crianças têm um grande valor em si mesmas, não sendo sempre necessárias atividades subsequentes, como o desenho dos personagens, a resposta de perguntas sobre a leitura, dramatização das histórias etc. Tais atividades só devem se realizar quando fizerem sentido e como parte de um projeto mais amplo. Caso contrário, pode-se oferecer uma ideia distorcida do que é ler.

A criança que ainda não sabe ler convencionalmente pode fazê-lo por meio da escuta da leitura do professor, ainda que não possa decifrar todas e cada uma das palavras. Ouvir um texto já é uma forma de leitura.

É de grande importância o acesso, por meio da leitura pelo professor, a diversos tipos de materiais escritos, uma vez que isso possibilita às crianças o contato com práticas culturais mediadas pela escrita.

Comunicar práticas de leitura permite colocar as crianças no papel de “leitoras”, que podem relacionar a linguagem com os textos, os gêneros e os portadores sobre os quais eles se apresentam: livros, bilhetes, revistas, cartas, jornais etc.

As poesias, parlendas, trava-línguas, os jogos de palavras, memorizados e repetidos, possibilitam às crianças atentarem não só aos conteúdos, mas também à forma, aos aspectos sonoros da linguagem, como ritmo e rimas, além das questões culturais e afetivas envolvidas.

Quando o professor realiza com frequência leituras de um mesmo gênero está propiciando às crianças oportunidades para que conheçam as características próprias de cada gênero, isto é, identificar se o texto lido é, por exemplo, uma história, um anúncio etc.

São inúmeras as estratégias das quais o professor pode lançar mão para enriquecer as atividades de leitura, como comentar previamente o assunto do qual trata o texto; fazer com que as crianças levantem hipóteses sobre o tema a partir do título; oferecer informações que situem a leitura; criar um certo suspense, quando for o caso; lembrar de outros textos conhecidos a partir do texto lido; favorecer a conversa entre as crianças para que possam compartilhar o efeito que a leitura produziu, trocar opiniões e comentários etc.

O professor, além de ler para as crianças, pode organizar as seguintes situações de leitura para que elas próprias leiam:

- situações em que as crianças estabelecem uma relação entre o que é falado e o que está escrito (embora ainda não saibam ler convencionalmente). Nessas atividades de “leitura”, as crianças devem saber o texto de cor e tentar localizar onde estão escritas determinadas palavras. Para isso, as crianças precisam buscar todos os indicadores disponíveis no texto escrito. Não é qualquer texto que garante que o esforço de atribuir significado

- às partes escritas coloque problemas que ajudem a criança a refletir e a aprender. Nesse caso, os textos mais adequados são as quadrinhas, parlendas e canções porque focalizam a sonoridade da linguagem (ritmos, rimas, repetições etc.), permitindo localizar o que o texto diz em cada linha;

- situações em que as crianças precisam descobrir o sentido do texto apoiando-se nos mais diversos elementos, como nas figuras que o acompanham, na diagramação, em seus conhecimentos prévios sobre o assunto, no conhecimento que têm sobre algumas características próprias do gênero etc.

Nesses casos, os textos mais adequados são as embalagens comerciais, os folhetos de propaganda, as histórias em quadrinhos e demais portadores que possibilitam às crianças deduzir o sentido a partir do conteúdo, da imagem ou foto, do conhecimento da marca ou do logotipo.

Os textos de histórias já conhecidos possibilitam atividades de buscar “onde está escrito tal coisa”. As crianças, levando em conta algumas pistas contidas no texto escrito, podem localizar uma palavra ou um trecho que até o momento não sabem como se escreve convencionalmente. Podem procurar no livro a fala de alguma personagem. Para isso, devem recordar a história para situar o momento no qual a personagem fala e consultar o texto, procurando indícios que permitam localizar a palavra ou trecho procurado.

A leitura de histórias é um momento em que a criança pode conhecer a forma de viver, pensar, agir e o universo de valores, costumes e comportamentos de outras culturas situadas em outros tempos e lugares que não o seu. A partir daí ela pode estabelecer relações com a sua forma de pensar e o modo de ser do grupo social ao qual pertence. As instituições de educação infantil podem resgatar o repertório de histórias que as crianças ouvem em casa e nos ambientes que frequentam, uma vez que essas histórias se constituem em rica fonte de informação sobre as diversas formas culturais de lidar com as emoções e com as questões éticas, contribuindo na construção da subjetividade e da sensibilidade das crianças.

Ter acesso à boa literatura é dispor de uma informação cultural que alimenta a imaginação e desperta o prazer pela leitura. A intenção de fazer com que as crianças, desde cedo, apreciem o momento de sentar para ouvir histórias exige que o professor, como leitor, preocupe-se em lê-la com interesse, criando um ambiente agradável e convidativo à escuta atenta, mobilizando a expectativa das crianças, permitindo que elas olhem o texto e as ilustrações enquanto a história é lida.

Quem convive com crianças sabe o quanto elas gostam de escutar a mesma história várias vezes, pelo prazer de reconhecê-la, de apreendê-la em seus detalhes, de cobrar a mesma sequência e de antecipar as emoções que teve da primeira vez. Isso evidencia que a criança que escuta muitas histórias pode construir um saber sobre a linguagem escrita. Sabe que na escrita as coisas permanecem, que se pode voltar a elas e encontrá-las tal qual estavam da primeira vez.

Muitas vezes a leitura do professor tem a participação das crianças, principalmente naqueles elementos da história que se repetem (estribilhos, discursos diretos, alguns episódios etc.) e que por isso são facilmente memorizados por elas, que aguardam com expectativa a hora de adiantar-se à leitura do professor, dizendo determinadas partes da história. Diferenciam também a leitura de uma história do relato oral. No primeiro caso, a criança espera que o leitor leia literalmente o que o texto diz.

Recontar histórias é outra atividade que pode ser desenvolvida pelas crianças. Elas podem contar histórias conhecidas com a ajuda do professor, reconstruindo o texto original à sua maneira. Para isso podem apoiar-se nas ilustrações e na versão lida. Nessas condições, cabe ao professor promover situações para que as crianças compreendam as relações entre o que se fala, o texto escrito e a imagem. O professor lê a história, as crianças escutam, observam as gravuras e, frequentemente, depois de algumas leituras, já conseguem recontar a história, utilizando algumas expressões e palavras ouvidas na voz do professor. Nesse sentido, é importante ler as histórias tal

– Memória: permite reter, armazenar e recuperar informações. Pode ser aprimorada por meio de técnicas como repetição, associação, elaboração e organização de informações.

– Atenção: é a capacidade de concentrar-se em uma tarefa ou estímulo específico, filtrando distrações. A prática da atenção plena e a realização de exercícios que estimulam a concentração e podem ajudar a melhorar essa habilidade.

– Pensamento crítico: o pensamento crítico envolve analisar, avaliar e interpretar informações de forma objetiva e fundamentada. O seu desenvolvimento pode ser promovido por meio de questionamentos, análise de diferentes perspectivas e busca por evidências.

— **Competências Socioemocionais**

As competências socioemocionais são habilidades relacionadas à forma como lidamos com nossas emoções, nos relacionamos com os outros, tomamos decisões e resolvemos conflitos. Elas são fundamentais para estabelecer relacionamentos saudáveis, desenvolver empatia e enfrentar os desafios sociais. Aqui estão algumas competências socioemocionais importantes:

– Inteligência emocional: refere-se à habilidade de reconhecer, compreender e gerenciar nossas próprias emoções e as dos outros. Isso envolve o desenvolvimento da empatia, da autoconsciência e da habilidade de lidar com o estresse.

– Comunicação efetiva: envolve a capacidade de expressar ideias, sentimentos e opiniões de forma clara e respeitosa, além de ouvir ativamente os outros. Essa competência é essencial para estabelecer relacionamentos saudáveis e solucionar conflitos de maneira construtiva.

– Trabalho em equipe: é a capacidade de colaborar com outras pessoas, compartilhando responsabilidades e alcançando objetivos comuns. Envolve habilidades como empatia, cooperação, negociação e resolução de conflitos.

O desenvolvimento de habilidades cognitivas e competências socioemocionais desempenha um papel fundamental na formação de indivíduos completos e preparados para enfrentar os desafios da vida. Ao aprimorar nossas habilidades cognitivas, somos capazes de aprender de forma mais eficiente e tomar decisões informadas.

Da mesma forma, o desenvolvimento de competências socioemocionais nos permite estabelecer relacionamentos saudáveis, lidar com as emoções de maneira adequada e resolver problemas sociais. Portanto, é essencial investir na educação e no treinamento dessas habilidades e competências, tanto nas instituições de ensino quanto ao longo da vida.

LEI MUNICIPAL 2.629/10. INCLUSIVA.

Prezado Candidato, o tema acima supracitado, já foi abordado na matéria de Legislação Educacional

QUESTÕES

1. : Instituto Consulplan - 2023 - MPE-MG - Analista do Ministério Público - Pedagogia- Aprender, em cada época, em cada tempo, em cada sociedade, tem suas idiossincrasias, o que faz da aprendizagem um conceito eminentemente histórico, psicossocial e cultural.

(NUNES, Ana Ignez; SILVEIRA Rosemary. *Psicologia da aprendizagem: processos, teorias e conceitos*. 3. ed. rev. Fortaleza: EdUECE, 2015. p. 12-13.)

Identifique, dentre as abordagens sobre os processos de aprendizagem a seguir, aquela que se refere ao construtivismo de Jean Piaget.

- (A) Considera que as condições do indivíduo para aprender são predeterminadas.
- (B) Defendia a tese de que o conhecimento humano tem origem a partir da experiência.
- (C) Entende que o conhecimento humano é construído graças à interação sujeito e meio externo.
- (D) Enfatiza o papel da cultura na formação da consciência humana e da atividade do sujeito.

2. IBFC - 2023 - SEE-AC - EDUCAÇÃO ESPECIAL: PROFESSOR P1 - MEDIADOR- A gestão escolar constitui uma das áreas de atuação profissional na educação destinada a realizar o planejamento, a organização, a liderança, a orientação, a mediação, a coordenação, o monitoramento e a avaliação dos processos necessários à efetividade das ações educacionais orientadas para a promoção da aprendizagem e formação dos alunos. De acordo com as habilidades e competências para a coordenação da ação educativa na escola, assinale a alternativa incorreta.

- (A) A gestão escolar, como área de atuação, constitui-se, pois, em um meio para a realização das finalidades, princípios, diretrizes e objetivos educacionais orientadores da promoção de ações educacionais com qualidade social
- (B) A partir de práticas educacionais participativas, fornecem condições para que o educando possa enfrentar criticamente os desafios de se tornar um cidadão atuante e transformador da realidade sociocultural e econômica vigente, e de dar continuidade permanente aos seus estudos
- (C) A gestão escolar engloba, de forma dissociada, o trabalho da direção escolar, da supervisão ou coordenação pedagógica, da orientação educacional e da secretaria da escola, considerados participantes da equipe gestora da escola
- (D) O princípio da gestão democrática, a realização do processo de gestão inclui também a participação ativa de todos os professores e da comunidade escolar como um todo, de modo a contribuírem para a efetivação da gestão democrática que garante qualidade para todos os alunos

3. IDESG - 2023 - Prefeitura de Vila Valério - ES - Professor em função de docência - MAPA ENSINO FUNDAMENTAL – ANOS INICIAIS (1º ao 5º ano)- O plano de aula é um instrumento essencial para o trabalho do professor, além de ser um guia importante para